



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO DE PETICIONANTES PETIÇÃO nº 490/XII/4.ª

XIII LEGISLATURA 1.ª Sessão Legislativa

Dia: 25 de Maio de 2016

Hora: 14h10

Sala: 10

Entidade: Peticionantes: ANTRAL – Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros - Florêncio Plácido de Almeida (Presidente) e Abel Marques (Secretário-Geral).

Assunto: Petição nº 490/XII/4ª – Pedem a interdição da instalação e funcionamento da empresa “UBER” em Portugal e a reapreciação do regime legal do transporte de doentes não urgentes.

Deputados presentes: Deputados Paulo Neves (PSD), António Cardoso, Luís Moreira Testa e Ricardo Bexiga (PS) e Bruno Dias (PCP).

O Senhor Deputado Relator Paulo Neves (PSD) deu as boas vindas e enquadrou a audição, perante o debate desta questão no Plenário, às 15h.

O Peticionante Florêncio Plácido de Almeida, Presidente da Antral, agradeceu a reunião.

O Peticionante Abel Marques, Secretário-Geral da Antral, recordou o tempo inicial da Petição e circunstâncias de então quanto à UBER, bem como a questão relativa ao transporte de doentes, posteriormente retirado aos táxis, e interveio sobre o quadro atual diferente:

- o transporte de pessoas em veículos ligeiros:
 - o Tribunal de Lisboa proferiu duas [sentenças](#) clarificadoras da ilegalidade do transporte de passageiros pela UBER;
 - a AMT emitiu [recomendação](#) no sentido da ilegalidade, referindo as conclusões dos dois últimos parágrafos;
- o transporte de doentes não urgentes:
 - a regulamentação – que tirou aos táxis, dando a outras corporações subsidiadas - agravou o problema com o aumento de benefícios (IUC, procedimentos de pagamento e concessão de alvará);
 - na Madeira, foi dada [permissão](#) especial aos táxis para fazer este transporte de doentes.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) interveio:

- considerou muito útil a nova informação;

- referiu-se ao próximo debate sobre o transporte de passageiros, com o fim de defender o sector do táxi;
- saudou os Peticionantes, que convidou para assistirem ao debate no Plenário.

O Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) interveio:

- agradeceu a disponibilidade dos Peticionantes;
- o PS tem abertura para todas as iniciativas;
- defendem o Estado de Direito, e
- pretendem uma solução perene da solução do problema.

O PS requereu a audição de várias entidades na Comissão, antes de se legislar estavelmente nesta matéria.

O Senhor Deputado Relator Paulo Neves (PSD) perguntou sobre:

- 1 - a sistematização das ilegalidades flagrantes da UBER, tendo o Peticionante Florêncio Plácido de Almeida, Presidente da Antral, respondido:
 - não está licenciada para o transporte de passageiros,
 - os motoristas não estão certificados, e
 - não pagam os mesmos impostos;
- 2 – o que melhorariam neste sector, tendo o Peticionante Florêncio Plácido de Almeida, Presidente da Antral, respondido:
 - têm que ser as empresas a adaptar-se aos regulamentos e não o contrário,
 - explicou a situação e quanto ao GT discordou de desregular antes de regular de novo,
 - esta posição da UBER põe em causa a Democracia,
 - ninguém acaba com a ilegalidade,
 - também têm táxis de maior de qualidade,
 - não estão de acordo com o que vai ser discutido hoje na Assembleia da República,
 - se há GT de discussão, querem conhecer o resultado antes, e
 - apoiaram o PJJ do PCP, mas foi colocado fora de tempo.

O Senhor Deputado Ricardo Bexiga (PS) interveio:

- a regulamentação do sector é desatualizada;
 - trata-se de oportunidade de regulamentar sem tanta burocracia;
 - a legislação do sector devia ser alterada, com salvaguarda de direitos adquiridos;
- tendo o Peticionante Florêncio Plácido de Almeida, Presidente da Antral, respondido:
- não estão de acordo com o PJJ, e
 - tem que haver mecanismos para a indústria do táxi evoluir.

O Senhor Deputado Relator Paulo Neves (PSD) perguntou como haverá adesão tão elevada à UBER, tendo

o Peticionante Florêncio Plácido de Almeida, Presidente da Antral, respondido:

- a UBER tem denegrido a imagem dos taxistas,
- em Los Angeles, EUA, a UBER contratou motoristas assassinos,
- a UBER tem grande máquina de marketing,

- denunciou cobranças excessivas na UBER, e
- o interesse público tem que estar defendido e não está.

O Senhor Deputado António Cardoso (PS) interrogou sobre o GT, tendo o Peticionante Florêncio Plácido de Almeida, Presidente da Antral, reiterado expectativa quanto ao GT e só perante conclusões se poderá tirar conclusões.

O Senhor Deputado Relator Paulo Neves (PSD) ponderou quando deverá ser feito o Relatório, antes ou depois das conclusões do GT, e perguntou se querem acabar com a UBER, tendo o Peticionante Florêncio Plácido de Almeida, Presidente da Antral, respondido que

- o parecer da Comissão é sempre bem vindo,
- a solução não é desregulamentar para vir a regulamentar,
- não querem acabar com a UBER, e
- querem é trabalhar nas mesmas condições, dando o exemplo de Berlim, onde a UBER só trabalha com táxis.

O Senhor Deputado Relator Paulo Neves (PSD) perguntou sobre a formação dos motoristas, tendo o Peticionante Florêncio Plácido de Almeida, Presidente da Antral, respondido que os taxistas já têm formação desde 1998, explicando que das 550h iniciais agora só são necessárias 125 horas, mas que há falta de capacidade do IMT dar resposta aos exames.

O Senhor Deputado Relator Paulo Neves (PSD) perguntou se a UBER tem parceiros licenciados, tendo o Peticionante Florêncio Plácido de Almeida, Presidente da Antral, respondido que não é verdade, que não há carros da letra A a funcionar, que os de turismo ou de agências de viagem só podem trabalhar nessa qualidade, não como táxi, e que os rent-a-car não podem servir de táxi, lamentando que o IMT não possa reagir.

O Senhor Deputado Relator Paulo Neves (PSD) perguntou se, tendo em conta a entrada da UBER, alteraram a formação que dão aos taxistas, tendo o Peticionante Florêncio Plácido de Almeida, Presidente da Antral, respondido que o sector tem que evoluir melhorando com formação qualificada e que se houvesse comissão de disciplina poderiam controlar casos graves (casos no aeroporto de cobranças excessivas, e casos de álcool), e que estão a elaborar um projeto.

O Peticionante Abel Marques, Secretário-Geral da Antral, reiterou o objetivo da Petição e referiu-se ao [parecer](#) da AMT e à [decisão judicial](#) da Comarca de Lisboa, criticou o IGAC, interrogou quem representa a UBER em Portugal e onde pagam impostos, e notou que o Governo em França actuou, há dois dias.

O Senhor Deputado Relator agradeceu a informação.

Palácio de São Bento, em 3 de Junho de 2016

O Assessor da Comissão

(António Fontes)